

Os intelectuais e a política: apontamentos de história intelectual

Intellectuals and politics: notes of intellectual history

Intelectuales y política: notas de historia intelectual

Itamar Teodoro de Faria

Resumo: A partir de uma revisão da literatura pertinente, este texto promove uma reflexão e apontamentos em torno do conceito de intelectual, considerando o universo da Política e suas relações com a História Intelectual. As denominações “História intelectual”, “história das ideias”, “história do pensamento político”, abarcam um campo de investigação histórica que até bem pouco tempo foi precariamente conhecido e bastante incompreendido. Apresentadas as questões concernentes ao debate em torno da História Intelectual, seu objeto, procedimentos e limites, caminha-se no sentido de uma definição sobre o próprio intelectual. Perceber todo o debate em torno dos “intelectuais”, trazendo à baila os “conflitos” teóricos, metodológicos e conceituais, dá conta da importância que essa temática assumiu.

Palavras-chave: História Intelectual. Política. Intelectuais.

Abstract: From a review of the relevant literature, this text promotes a reflection and notes on the concept of intellectual, considering the universe of politics and its relations with intellectual history. The denominations “Intellectual History”, “History of Ideas”, “History of Political Thought” encompass a field of historical investigation that until recently was poorly known and quite misunderstood. Having presented the questions concerning the debate around Intellectual History, its object, procedures and limits, we are moving towards a definition about the intellectual himself. Understanding the whole debate about the “intellectuals”, bringing up the theoretical, methodological and conceptual “conflicts”, gives an account of the importance that this theme has assumed.

Keywords: Intellectual History. Politics. Intellectuals.

Resumen: A partir de una revisión de la literatura relevante, este texto promueve una reflexión y notas sobre el concepto de intelectual, considerando el universo de la Política y sus relaciones con la Historia Intelectual. Las denominaciones “Historia intelectual”, “Historia de las ideas”, “Historia del pensamiento político” abarcan un campo de investigación histórica que hasta hace poco era poco conocido y bastante incompreendido. Después de presentar las preguntas sobre el debate en torno a la Historia Intelectual, su objeto, procedimientos y límites, estamos avanzando hacia una definición sobre el intelectual mismo. Comprender todo el debate sobre los “intelectuales”, planteando los “conflictos” teóricos, metodológicos y conceptuales, da cuenta de la importancia que ha asumido este tema.

Palabras clave: Historia intelectual. Política. Intelectuales.

INTRODUÇÃO

A temática dos intelectuais, sua definição, seu papel social, e, muito particularmente, sua relação e responsabilidades com o universo da Política, frequentemente tem sido retomado na historiografia.

Obviamente, não só a historiografia se preocupa com esse tema. Contudo, considerando especialmente as propostas da chamada Nova História Política, tem lhe sido reservado certo destaque. Destaque que também impõe considerar o entrecruzamento com outro campo historiográfico, qual seja, o da História Intelectual.

Assim, o objetivo deste texto é refletir sobre a conceituação de intelectual vinculando-o à Política e buscando lastro na História Intelectual.

Para tanto, são trazidos à baila autores diversos que discutem esses campos e temática, de modo a produzir uma leitura ainda que panorâmica, apontamentos mesmo, que permitam compreender o “estado da arte” a esse respeito.

A HISTÓRIA INTELECTUAL

As denominações “História intelectual”, “história das ideias”, “história do pensamento político”, conforme Marcos Antônio Lopes (2000), abarcam um campo de investigação histórica que até bem pouco tempo foi precariamente conhecido e bastante incompreendido. Um domínio bem específico concentra o interesse: “a história do pensamento político, a história intelectual interessa-se particularmente pela compreensão das obras políticas e pelo arsenal instrumental teórico e metodológico posto em prática pelos historiadores empenhados na compreensão dessa dimensão do fazer humano”.

Partindo de uma posição de subalterna entre as disciplinas acadêmicas, no começo do século XX, nas últimas décadas a história intelectual passa por um significativo revigoramento e vem se consolidando como um importante campo da pesquisa historiográfica.

Esse recente interesse pela história intelectual e seu objeto específico, o pensamento político dos intelectuais, para Jean François Sirinelli (2010) é um algo bas-

¹Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (Unidade de Passos). E-mail: itamar.faria@uemg.br

tante novo, ao ponto de até falar em ‘nascimento’ desse domínio de pesquisa, tais são os novos enfoques e problemáticas que os historiadores produziram ao abordar como objeto o pensamento político dos assim chamados intelectuais.

Essa renovação do campo passa por uma crítica aguda do arcabouço teórico-metodológico da que foi chamada tradicional história das ideias. Ao se processar essa renovação, os intelectuais ligados as Universidade inglesas, particularmente a Universidade de Cambridge, são habitualmente indicados como os que ofereceram os programas mais inovadores no que se refere a uma alternativa metodológica para a prática de pesquisa na área. Assim, de acordo com Richard Tuck:

No decorrer da década de 60, vários historiadores do pensamento político (por coincidência agradável e conveniente muito deles vinculados à Universidade de Cambridge) publicaram suas reflexões de caráter geral sobre sua atividade profissional. Três destes ensaios conseguiram uma reputação duradoura – *The History of Political Thought: a methodological Enquiry* de John Pocock; *The Identity of the History of Idea* de John Dunn e *Meaning and Understanding in the History of Ideas* de Quentin Skinner. E desses três foi o de Skinner que provocou mais discussão em parte devido a sua extensão e abrangência muito maiores, mas, sobretudo porque ao contrário de Pocock e Dunn ele tornou seus objetivos muito precisos e específicos. (TUCK, 1992, p. 4)

O que se percebe é que, no tocante à abordagem sobre o pensamento político, produção de intelectuais, extensamente registrada em textos, foram-se agrupando em duas vertentes as opções teórico-metodológicas, resumidas no que tem se chamado de “internalistas” e “contextualistas”.

De tal modo, enquanto existem autores que se amparam e fazem coro na opção teórico-metodológica construída por Quentin Skinner, há outros que assumem posição contrária e lhe impõem fortes críticas. Conforme exposto por Hahn (2007), essa cisão é perceptível no texto de David Harlan, em são apresentadas as críticas ao historiador inglês, culminando na afirmação de que a hermenêutica adotada por Skinner objetiva recuperar a intencionalidade do autor, contrapondo-se às perspectivas pós-estruturalistas (tais como as manifestadas por Michel Foucault, Jacques Derrida e Paul de Man, entre outros) que se atêm a um paradigma da linguagem que “é, portanto, não a fala, mas a escrita, com o seu autor, ausente, sua audiência desconhecida, e seu texto sem regras vomitando suas múltiplas significações, conotações e implicações”. (Harlan, 2000) Tal paradigma é visto por alguns como “a morte do autor” (como expresso por Roland Barthes). A proposta de Skinner

caminha no sentido oposto mostrando que a fala pensada como linguagem, ao invés da escrita, é desenvolvida por meio da teoria dos atos de fala. A perspectiva de Skinner é mostrar que a teoria dos atos de fala destaca a fala como modelo para o uso da linguagem. Os atos de fala são

intersubjetivos, sociais e ocorrem em situações concretas, manipulando a linguagem para a realização de determinadas ações, como mostra em sua obra *As fundações do pensamento político moderno*. Em resumo, os atos de fala são ações humanas constituídas de intenções e ocorrem em momentos específicos. (HAHN, 2007)

É preciso ponderar que, numa direção o “importante é a compreensão de que as ideias são produtos de um contexto intelectual e político bem como das trajetórias desses agentes”, de modo que também a leitura não é um ato passivo, ao contrário, é “um investimento de sentido daquilo que está sendo lido, o que torna o ato de ler um ato criativo, criando assim um outro universo de significações”. (HAHN, 2007) De outra parte, nos termos de Marcos Antônio Lopes, em história intelectual seria altamente perigosa “uma perspectiva que pensa que o sentido do texto se resume ao momento de sua enunciação”. Sintetizando a perspectiva que percebe o texto como irredutível a mecanismos de controle, Lopes pontua:

Em síntese, o texto é mais obra do leitor que do autor, uma cidadela completamente aberta ao assalto de hordas que poderão fazer dele uma terra de ninguém. Dito de outra forma, o leitor é um construtor de sentido, um inventor de significantes, atuando com tal margem de liberdade em relação ao objeto que faria corar o mais heterodoxo dos historiadores contextualistas. A análise do discurso pós-estruturalista desumaniza a história das ideias, extraíndo-lhe aquilo que, para os historiadores, caracteriza a sua natureza mais profunda: a ação humana expressa pelos atos linguísticos. (LOPES, 2002, p.86)

Nessa direção, é preciso considerar a colocação de Cardoso e Vainfas:

Fixemos, pois uma primeira ‘profissão de fé’: considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto, a exemplo do que fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam haver história fora do discurso. Pelo contrário, trata-se, antes de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 278).

O INTELECTUAL E A POLÍTICA

Postas essas questões concernentes ao debate em torno da História Intelectual, seu objeto, procedimentos e limites, é preciso caminhar no sentido de uma definição sobre o próprio intelectual. Decorre da própria formulação renovada da História Intelectual, tomando por objeto o pensamento político, que também seja uma demanda a ser vencida a conceituação de intelectual, nesse domínio, refletindo uma vinculação à política (ao universo da política, da cultura política e, mais precisamente, do poder).

Um balanço importante sobre quem seja o intelectual, o papel por ele representado, é feito por Edward W. Said:

[...] insistir no fato de o intelectual ser um indivíduo com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses. A questão central [...] é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas ou combatidas. (SAID, 2005, p. 25-26).

De tal forma, para Edward W. Said, importa compreender o intelectual “[...] enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras”. Seria então o intelectual o indivíduo detentor de capacidade de pensamento e discernimento satisfatoriamente adequada para representar/traduzir a cultura – “o melhor pensamento” – e, em decorrência, a política. Nesses termos, conforme Raphael Sebrin, a compreensão do intelectual que Said propõe, a de um indivíduo marcado por uma atitude crítica permanente, concretizada na produção e divulgação de suas ideias, não se afastaria em essência compreensão proposta por Sirinelli, que constrói a noção de intelectual a partir de uma “geometria variável”, contudo, sustentada invariantes. Tal noção desembocaria em dois sentidos do termo intelectual: um amplo e sociocultural, em que estariam alocados os criadores e os “mediadores” culturais; e outro, mais restrito, sustentado na ideia de engajamento.

No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Contribuição importante, e que não poderia faltar numa reflexão sobre quem seja e qual papel exerce o intelectual, de corre dos numerosos e diferentes trabalhos

dedicados por Norberto Bobbio ao tema. Se, de modo geral, tais trabalhos de Bobbio foram produzidos para intervenção em debates intelectuais e políticos imediatos, a problemática do exercício do poder ideológico pelos intelectuais assume contornos mais precisos.

Ao delimitar o exercício do poder ideológico pelos intelectuais, Bobbio segue quatro premissas teóricas associadas:

A primeira delas diz respeito às consequências decorrentes tanto dos diferentes legados sociais do passado quanto da diversidade das estruturas sociais para a compreensão das atuações possíveis dos intelectuais em cada sociedade, expressa na sua afirmação de que toda “sociedade tem os intelectuais que lhe convêm” (Bobbio, 1999, p. 157). A segunda premissa refere-se às relações entre cultura e política como eixo temático da análise dos intelectuais. A terceira refere-se à possibilidade e à validade de se forjar tipologias de intelectuais operativas da análise. E por último a questão central da reflexão de Bobbio sobre os intelectuais: a responsabilidade desses atores sociais. (BOTELHO, 2004)

Bobbio qualifica os intelectuais “em função do sentido político assumido pelas suas ideias no processo histórico-social”, o que também permite problematizar a perspectiva na qual as ideias de um autor “decorrem necessária e imediatamente da sua condição social e/ou inscrição institucional”.

As tipificações dos intelectuais que Bobbio estabelece tem em comum, e isso é o ponto central da sua compreensão do intelectual, a relação destes (os intelectuais) com o poder. Ou seja, para Bobbio, o intelectual é pensado em sua relação com o poder. Relação que pode assumir qualquer contorno (qual seja de sustentação/apologia até negação/combate), mas que seria o ponto de partida para situar os intelectuais e interpretar suas ações. Na esteira disso, assume particular destaque a reflexão sobre o engajamento e a responsabilidade dos intelectuais:

Os meios com os quais os intelectuais podem tornar conhecidas e fazer valer as suas próprias ideias (se as têm ou mesmo se não as têm) são enormes. Nenhuma comparação possível entre o tempo em que Sócrates se entretinha com os amigos, os discípulos ou os alunos, em um diálogo íntimo, e o nosso tempo, no qual um artigo publicado em qualquer jornal pode ser lido imediatamente por milhares de pessoas ou uma aparição na televisão pode ser vista por milhões. Nosso auditório dilatou-se desmesuradamente. De limitado a uma região, a um território, a uma cidade, tornou-se nacional [...] De nacional, torna-se, em alguns casos, quase internacional, graças à rapidez das traduções e à rapidez das comunicações. (Bobbio, 1997, p. 93-4)

Se o exercício do poder ideológico caracteriza a especificidade dos intelectuais nas sociedades e está em vários sentidos suscetível a condicionantes de ordens diversas, todos eles sujeitos às mais diversas possibilidades de combinação, “o tema da responsabilidade dos intelectuais adverte sobre o lugar necessário não apenas

do indivíduo, mas propriamente das escolhas com sentido político nesse processo”. (BOTELHO, 2004)

Por fim, o que Bobbio trata como “política da cultura” diz respeito justamente a um “modo específico de entender a política e de delimitar as esferas da política e da cultura e, portanto, de entender também o próprio papel social dos intelectuais”. (BOTELHO, 2004)

Nas palavras de Bobbio, a noção de “política da cultura” refere-se precisamente à “dimensão política da cultura como tal, independente do diverso modo pelo qual o intelectual estabelece uma relação com o poder político” (Bobbio, 1997, p. 105). Ou seja, quando “falo de uma dimensão política da cultura pretendo falar de uma política diversa da política dos políticos [...] de uma ação que, porém, entra em uma concepção ampla da política, entendida como atividade dedicada à formação e à transformação da vida dos homens” (Bobbio, 1997, p. 105).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As amplas e variadas “renovações” que a disciplina da História, e seus muitos domínios, tem passado desde a revolução historiográfica promovida pelos Annales, mostram, por um lado as muitas tentativas de os historiadores adequarem-se às demandas decorrentes tanto do próprio universo acadêmico, com os embates e associações com outras disciplinas, como também, por outro lado, e que não é excludente, evidenciam o desenvolvimento da prática historiográfica capitalizando e buscado equalizar as múltiplas produções no seio da disciplina.

Particularmente a renovação da História Política suscitou o diálogo e, possivelmente, o reavivamento de outros campos, como a própria História Intelectual.

As múltiplas compreensões produzidas, as diversas opções teórico-metodológicas estabelecidas, precisam ser vistas não como uma dissensão interna, mas, ao contrário, como uma mostra da vitalidade e amplitude das preocupações que tomaram os historiadores.

Nesse particular, perceber todo o debate em torno dos “intelectuais”, trazendo à baila os “conflitos” teóricos, metodológicos e conceituais, dá conta da importância que essa temática assumiu.

Independente das opções que foram feitas, e que ainda estão e continuarão sendo feitas, o que se sobrepõe é a constatação de que o discurso (na verdade, os discursos) da História, na sua luta para dar inteligibilidade aos objetos que eleger, produz não só um intercâmbio teórico-metodológico e conceitual interno (à disciplina História) como externo (com as outras disciplinas), como explicita uma oscilação, sempre benéfica, entre incorporar saberes produzidos e inovar nas abordagens.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. Intelectuais e vida política na Itália. In: BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. (Orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 147-66.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BOTELHO, André O Poder Ideológico: Bobbio e os Intelectuais. **LUA NOVA** N° 62, 2004.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. “História e análise de textos”. In: _____. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALCON, F. C. “História das ideias”. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história – Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HAHN, Fábio André. **História Intelectual: Uma nova perspectiva. História e-história**. Campinas: Unicamp, 2007.

HARLAN, D. “A história intelectual e o retorno da literatura”. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: IFCH, 2000, 22.

LASKI, H. J. “Sobre o estudo da política”. In: KING, Preston. **O estudo da política**. Brasília: Editora da UnB, 1980, p.13.

LOPES, M. A. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, M. A. **Para Ler os Clássicos do Pensamento Político: um guia historiográfico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

REIS, Mirian Ribeiro. História Intelectual: Um debate historiográfico. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI.

RÉMOND, R. “Do político”. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES DA SILVA, H. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.

ROSANVALLON Pierre. **Por uma história conceitual do político**. In: Revista brasileira de história. São Paulo, n. 30, 1995.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti **História Intelectual, Cultura e Política**: um estudo dos Primeiros Tempos de “Punto de Vista” (1978 – 1985). Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: “Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior”. Assis: Unesp.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
- SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Q. **Maquiavel**: pensamento político. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- TUCK, R. “História do pensamento político”. In: BURKE, P. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- VASCONCELOS, J. A. “Quem tem medo da teoria? Os historiadores e a virada linguística nas ciências humanas”. In: **História, Espaço e Meio Ambiente** – VI Encontro Regional de História – Anpuh – Pr, Maringá, 2000.
- WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora UFRJ 2003.

Página em branco.